



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS**

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO Nº __, de __ de ____ de 2004
(encaminhada pela Câmara Técnica de Ciência e Tecnologia)

O CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CNRH, no uso de suas atribuições e competências que lhe são conferidas pela Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, pela Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, pelo Decreto nº 4.613, de 11 de março de 2003, e:

Considerando que a Lei nº 9.433, de 1997, que dispõe sobre a Política Nacional de Recursos Hídricos e cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, dá ênfase ao uso sustentável;

Considerando a diretriz adotada pelo Conselho Econômico e Social da Organização das Nações Unidas – ONU, segundo a qual, a não ser que haja grande disponibilidade, nenhuma água de boa qualidade deverá ser utilizada em atividades que tolerem águas de qualidade inferior;

~~Considerando que a Resolução CNRH nº 15, em seu artigo 6º, Parágrafo único, preconiza a adoção de práticas de reúso e de recarga artificial de aquíferos, com vistas ao aumento das disponibilidades hídricas e da qualidade da água;~~

Considerando que o reúso de água se constitui em prática de racionalização e de conservação de recursos hídricos, conforme princípios estabelecidos na Agenda 21, podendo tal prática ser utilizada como instrumento para regular a oferta e a demanda de recursos hídricos;

Considerando a escassez de recursos hídricos observada em certas regiões do território nacional, a qual está relacionada aos aspectos de quantidade e de qualidade;

Considerando a elevação dos custos de tratamento de água em função da degradação de mananciais;

~~Considerando que parte dos usos podem ser supridos por águas de reúso ou de qualidade inferior;~~

Considerando que a prática de reúso de água reduz a descarga de poluentes em corpos receptores, conservando os recursos hídricos para o abastecimento público e outros usos mais exigentes quanto à qualidade;

Considerando que a prática de reúso de água reduz os custos associados à poluição e contribui para a proteção do meio ambiente e da saúde pública;

Considerando a prática de reúso de água no País, torna-se premente estabelecer diretrizes, critérios, padrões de qualidade e procedimentos que regulamentem a sua aplicação em todo o território nacional, resolve:

Art. 1º Esta Resolução trata do reúso direto não-potável de água;

Art. 2º Para efeito desta Resolução são adotadas as seguintes definições:

I - Água residuária: esgoto, água descartada, efluentes líquidos de edificações, indústrias, agroindústrias e agropecuária, tratados ou não;

II - Reúso de água: é a utilização de água residuária;

III - Água de Reúso: água residuária, que se encontra dentro dos padrões exigidos para sua utilização nas modalidades pretendidas;

IV - Reúso direto de água: é o uso planejado de água de reúso, conduzida ao local de utilização, sem lançamento ou diluição prévia em corpos hídricos superficiais ou subterrâneos;

V - Produtor de água de reúso: pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado que possua em seu contrato social ou contrato com o seu agente concedente atribuição explícita, para produzir água de reúso;

VI - Distribuidor de água de reúso: pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado que possua em seu contrato social atribuição explícita, para distribuir água de reúso;

VII - Usuário de água de reúso: pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado que utiliza água de reúso.

Art. 3º O reúso direto não-potável de água, para efeito desta resolução, abrange as seguintes modalidades:

I – Reúso para fins urbanos: utilização de água de reúso para fins de irrigação paisagística, lavagem de logradouros públicos, desobstrução de tubulações, **edificações**, entre outros, dentro da área urbana;

II- Reúso para fins agrícolas e florestais: aplicação de água de reúso para produção agrícola e cultivo de florestas plantadas;

III- Reúso para fins ambientais: utilização de água de reúso para implantação de projetos de recuperação do meio ambiente;

IV- Reúso para fins industriais: utilização de água de reúso em processos, atividades e operações industriais;

V – Reúso na aquicultura: utilização de água de reúso para a criação de animais ou cultivo de vegetais aquáticos;

~~VI – Reúso para fins de recarga artificial de aquíferos: recarga de aquíferos com água de reúso de forma induzida.~~

VII – Reuso em edificações: Utilização de água de reuso em edificações residências multifamiliares, públicas, comerciais e indústrias.

§ 1º As modalidades de reúso não são exclusivas, podendo, mais de uma delas, serem empregadas simultaneamente em uma mesma área.

§ 2º As diretrizes e parâmetros para as modalidades de reúso definidas nos incisos I, II, III, IV, V e VI deste artigo serão estabelecidas em resoluções específicas.

Art 4º Os órgãos integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA e do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SINGREH, avaliarão em suas respectivas instâncias, os efeitos sobre o meio ambiente e sobre os corpos hídricos decorrentes da prática do reúso, devendo estabelecer instrumentos regulatórios e de incentivo para as diversas modalidades reuso permitidas:

PARAGRAFO único: Deverão considerar as alterações de vazão e de qualidade das águas nos corpos hídricos decorrentes da prática de reúso, quando esta implicar transferência de vazões ou redução de vazões de retorno.

~~I – Estabelecer instrumentos regulatórios, fixados com base nas diretrizes nacionais, tais como padrões de qualidade e códigos de prática para as diversas modalidades de reúso permitidas;~~

~~II – Aplicar instrumentos de comando e controle, tais como autuação, multas e suspensão da prática de reúso de água.~~

Art. 5º Os Planos de Recursos Hídricos, [dentro dos preceitos da Lei 9433/97](#), deverão contemplar estudos e alternativas acerca da utilização de águas de reúso como parte [integrante da disponibilidade hídrica](#).

Art. 6º As entidades responsáveis pelos Sistemas de Informações de Recursos Hídricos no âmbito federal, estadual e do Distrito Federal deverão incorporar, organizar e tornar disponíveis dados e informações necessários ao gerenciamento da prática do reúso.

[PARAGRAFO UNICO Informacoes referentes ao processo industrial consideradas sigilosas nao serão divulgadas pelo referido Sistema.](#)

Art. 7º Em conformidade com as atribuições estabelecidas na Lei nº 9.433/97, na Resolução nº 5 do CNRH, e demais legislações pertinentes, os Comitês de Bacia Hidrográfica deverão:

I - Propor instrumentos econômicos e financeiros que induzam a prática de reúso de água;

II – Integrar a prática de reúso com as ações de saneamento ambiental e de uso e ocupação do solo na bacia hidrográfica na concepção do sistema de tratamento de águas residuárias;

~~III — Estabelecer, de acordo com as necessidades e condições locais, eventuais restrições ou condicionantes à prática de reúso, tais como:~~

~~a) garantia de vazão mínima de retorno ao corpo hídrico para assegurar os usos múltiplos;~~

~~b) garantia de qualidade da água de reúso para assegurar condições ambientais e sanitárias na bacia hidrográfica.~~

Parágrafo único. Nos casos onde não houver Comitês de Bacia Hidrográfica instalados, a responsabilidade caberá ao respectivo órgão gestor de recursos hídricos, em conformidade com o previsto na legislação pertinente.

Art 8º Os agentes envolvidos na pratica do reuso deverão consultar a respectiva autoridade gestora de recursos hídricos, junto ao órgão ambiental, bem como junto ao órgão de saúde pública, em suas respectivas esferas de competência, e sem prejuízo de outras [exigências legais ou licenças exigíveis](#).

Art 9º O cadastro da atividade de reúso de água, junto às autoridades competentes, deverá ser instruído com, no mínimo, as seguintes informações:

- a) identificação do requerente, seja ele produtor, distribuidor ou usuário;
- b) localização geográfica da origem e destinação da água de reúso;
- c) especificação da finalidade da produção e do reúso de água;
- d) vazão e volume diário de água de reúso que é produzida, distribuída ou utilizada;
- e) caracterização da água de reúso; e
- f) identificação do profissional responsável pela atividade de reúso.

§ 1º A caracterização da água de reúso, de acordo com a modalidade de uso pretendido, deverá ser documentada por meio de análises realizadas em laboratório devidamente autorizado e reconhecido pelo órgão oficial competente, devendo seus resultados estarem disponíveis aos interessados.

§ 2º As análises supracitadas deverão ser especificadas para cada modalidade, de acordo com dispositivos legais.

§ 3º O produtor de água de reúso deverá providenciar análises adicionais sempre que houver variações significativas em sua qualidade.

§ 4º O cadastro da atividade de reúso de água deverá ser exclusivo para cada uma das modalidades e agentes envolvidos, definidos nos incisos V, VI e VII, do Artigo 2º, e deverá conter [as no mínimo responsabilidades associadas a cada agente](#):

~~I— responsabilidades associadas a cada agente;~~

~~II – identificação preliminar do(s) laboratório(s) responsável(is) pelas análises e laudos da água de reúso.~~

Art. 10. A atividade de reúso de água, a critério dos órgãos gestores competentes, deverá ser precedida de Plano de Reúso de acordo com as modalidades.

§ 1º O Plano de Reúso de que trata o *caput* deste artigo deverá ser elaborado pelos agentes envolvidos, devendo conter no mínimo:

I – Justificativa devidamente consubstanciada;

II – Finalidade da produção, forma de transporte e destino da água de reúso;

III – Modalidades e formas de aplicação da água de reúso, informando: vazão, parâmetros de qualidade; processos e nível de tratamento e programa de monitoramento;

IV – Mapas em escala, indicando o percurso onde a água de reúso é aplicada e transportada, seja por meio de transporte viário ou por tubulações;

V – Simbologia e procedimentos de sinalização;

~~VI – Estudo de viabilidade sanitária e ambiental;~~

~~VII – Definição de indicadores com vistas a subsidiar avaliações da prática de reúso de água.~~

Art. 11. A critério dos órgãos gestores competentes poderá ser exigido dos agentes envolvidos na prática de reúso Plano de Contingência, com vistas à definição de procedimentos e de ações preventivas e corretivas para situações que envolvam riscos à saúde pública ou ao meio ambiente;

Art. 12. Os projetos, planos e programas de reúso de água deverão conter, obrigatoriamente, estudos, alternativas e medidas voltadas para avaliar e minimizar os riscos a saúde pública em todas as etapas: planejamento, implantação, operação e manutenção.

§ 1º Na adoção da prática de reúso deverão ser observados as normas, procedimentos, critérios e exigências estabelecidos pela autoridade de saúde pública competente.

§ 2º Os agentes envolvidos na prática do reúso deverão adotar procedimentos e princípios estabelecidos em códigos de boas práticas;

§ 3º A critério da autoridade de saúde pública competente a prática de reúso poderá ser suspensa em projetos e programas de reúso em que forem identificados riscos significativos para a saúde humana.

Art. 14. A critério dos órgãos gestores competentes poderá ser exigido dos agentes envolvidos na prática de reúso um Programa de Esclarecimento à comunidade apresentando as etapas do processo, as características da água de reúso, riscos a saúde pública e as suas possíveis finalidades de uso;

Art. 15. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARINA SILVA
Presidente

JOÃO BOSCO SENRA
Secretário Executivo